

Formação política no Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA)

Training Policy in National Anti-Asylum Movement (MNLA)

Jeferson Rodrigues¹, Girlane Mayara Peres²

¹ Doutor em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Florianópolis (SC), Brasil. Professor da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.
jef_rod@hotmail.com

² Mestranda em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Florianópolis (SC), Brasil.
mayperes@hotmail.com

RESUMO O artigo analisa em que medida o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, uma das tendências do movimento antimanicomial brasileiro, tem propiciado um espaço de formação política para os atores envolvidos. Trata-se de um estudo *survey* realizado com militantes desse movimento social, cuja referência teórica é a ação coletiva de Alberto Melucci. Os resultados e conclusões indicam ausência de consenso sobre o conceito de formação política associado a instrumentos teórico-metodológicos para sua efetivação.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Social; Saúde Mental; Formação.

ABSTRACT *The article examines the extent to which the Anti-Asylum National Movement, one of the trends in Brazilian anti-asylum movement has provided a space for political training for the actors involved. This is a survey study conducted with social movement activists whose theoretical reference is the collective action of Alberto Melucci. The results and conclusions indicate absence of consensus on the concept of political formation associated with theoretical and methodological tools for its implementation.*

KEYWORDS: *Social Movement; Mental Health; Formation.*

Introdução

A origem do Movimento Nacional de Luta Antimanicomial (MNLA) no Brasil remete ao desafio de transformar a relação da sociedade e do estado com a loucura. Essa mudança é diretamente proporcional à qualificação dos sujeitos sociais engajados nesse movimento.

A inclusão dos usuários, familiares e amigos na luta em prol da reforma psiquiátrica é permeada por um conjunto de representações ideológicas que pode conformar ou emancipar esse engajamento político, pois, geralmente, a realidade percebida é envolvida por contradições que o senso comum mascara.

Todavia, somente a prática social e a militante não oferecem os incrementos necessários a uma compreensão mais aprofundada da realidade, tendo em vista seu grau de complexidade, uma vez que se constitui como síntese de múltiplas contradições que alienam. Para sair dessa ‘armadilha do sistema’, exige-se uma apreensão e um árduo exercício de abstração e de análise. Isso significa que o potencial pedagógico máximo da prática é a construção do que se pode chamar de consciência reivindicativa (TUMOLO, 2002).

Assim, a experiência de vida e a prática militante são um ponto de partida no processo de construção de uma práxis, ou seja, da ação-reflexão-ação, ou para ‘uma consciência de classe’, como afirma Tumolo (2002, p. 246). O mesmo autor aponta que, para a superação do primeiro patamar de consciência, qual seja a experiência de vida e a prática militante em direção à consciência mais complexa – que chama de classe –, se exige, necessariamente, uma intervenção teórico-educativa.

A formação política desempenha papel fundamental. Seu objetivo, em linhas gerais, é o de buscar a superação do senso comum, qualificar o conhecimento adquirido na prática militante e oferecer instrumentos teórico-metodológicos para qualificar os movimentos sociais.

No campo da saúde mental, o MNLA está assim definido:

É uma ação coletiva cuja orientação comporta solidariedade, manifesta conflitos e implica a ruptura dos limites de compatibilidade do

sistema de saúde mental no País. A configuração dos atores e instituições (trabalhadores, profissionais, políticos, empresários, usuários e familiares) conforma um quadro multipolar deste campo que, embora atravessado por diversos conflitos e ambiguidades, vem promovendo alterações significativas nas quatro dimensões apontadas, quais sejam: epistemológica, técnico-assistencial, político-jurídica e sociocultural. (LUCHMANN; RODRIGUES, 2007, p. 406).

Oliveira (2003) relata que um novo movimento social no campo da saúde mental tem que pressupor uma ampliação da consciência política, o que leva o movimento, como um todo, a uma tarefa formativa imediata, de modo a colocá-lo o mais próximo possível da sua capacidade total de lutar por suas necessidades. Diversos recursos necessários para produzir a autonomia desse movimento devem ser discutidos, sendo a formação política uma das tarefas prioritárias dentro do movimento social no campo da saúde mental.

Soalheiro (2003, p. 164) mostra a importância da formação política ao apontar que:

tem que qualificar o usuário [...] mas como se qualifica, nos núcleos? Ninguém dá esta resposta, só diz que precisa qualificar, apontam a direção sem dizer como é que se faz [...] essa é a reclamação minha dentro do movimento. A informação não chega. Se alguém é novo, acabou de entrar e quer ter informações sobre as coisas, não tem.

A formação política desempenha papel fundamental na superação do senso comum, qualificando o conhecimento adquirido na prática da militância e oferecendo instrumentos teórico-metodológicos para que se possa compreender, na radicalidade necessária, a organização social, suas lógicas e seus movimentos contraditórios (TUMOLO, 2002).

Formação política é uma prática reflexiva que busca desenvolver a consciência crítica por parte do usuário ou cidadão, para objetivos a serem desenvolvidos de

acordo com sua necessidade ético-política e existencial (RODRIGUES, 2005).

Com esse desafio colocado, tem-se como questão norteadora: Como o movimento nacional da luta antimanicomial tem propiciado o espaço para a formação política dos seus militantes?

O objetivo é analisar em que medida os ativistas do movimento nacional da luta antimanicomial têm percebido a importância de um espaço próprio para a formação política dentro do movimento, através da teoria da ação coletiva de Alberto Melucci (2001). A retomada desse tema, a nosso ver, é fundamental exatamente quando algumas de suas lideranças¹ têm chamado a atenção para os impasses políticos do movimento antimanicomial e, particularmente, do MNLA, na conjuntura que se descortinou com o final do Governo Lula e, principalmente, com o Governo Dilma. O fato da coleta de dados ter sido feita há cerca de nove anos não diminui a sua relevância, pois, na avaliação que temos, o quadro da formação política no MNLA não se modificou desde então, e seus impasses se avolumam ainda mais na presente conjuntura.

Aspectos da Teoria de Melucci

A complexidade e a polivalência dos significados da ação social talvez sejam as chaves para uma sociedade tornar-se aberta, o que possibilita o impulso dos movimentos sociais através dos sistemas políticos de representação e de decisão. Manter aberto o espaço da diferença é uma condição para inventar o presente (MELUCCI, 2001).

Assim, para o autor (p. 35), um movimento social

é a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos.

Essa mobilização é feita pelos usuários de serviços de saúde mental, profissionais, familiares, amigos, intelectuais, ou seja, todos aqueles que se sentem

sensibilizados com a questão da desinstitucionalização da loucura. Sua luta será sempre contra a institucionalização da loucura como condição humana.

A teoria melucciana contribui para compreender o espontaneísmo e os limites da consciência política formada na prática do dia a dia nos movimentos sociais, mas tem-se a clareza de que a realidade brasileira é rica em diversidade no campo dos movimentos sociais, que são heterogêneos, e que qualquer teoria será limitada para analisar um movimento social no campo da luta antimanicomial.

O movimento antimanicomial busca a ruptura manicomial presente na organização social e com a institucionalização das pessoas. Suas formas organizativas garantem o mínimo de normatização com vistas a estabelecer a unidade no movimento e a evitar a burocratização e a centralização. Constitui-se em núcleos, serviços e pessoas. O movimento tem como lema “por uma sociedade sem manicômios, ou seja, por uma sociedade livre, igualitária e tolerante no sentido de suportar as diferenças” (SOUZA, 2002, p.30).

Para Melucci (2001, p. 30), “só a ação pode fundar a análise dos movimentos sociais como objeto dotado de sentido”, pois sua teoria se fundamenta na construção do conhecimento advindo da especificidade e da autonomia do agir social coletivo como objeto dos movimentos sociais. Assim, para o autor, o problema de como se forma e como se mantém um sujeito coletivo da ação fica sem resposta. As crenças dos atores não bastam para dar razão à ação porque não são independentes das relações nas quais os atores estão implicados. A análise não pode identificar a ação com aquilo que os atores dizem de si.

Conforme Melucci (2001, p. 32), colocar o problema da formação de um ator coletivo significa reconhecer aquilo que

empiricamente, se chama ‘movimento’ e ao qual, por comodidade de observação e de linguagem, se atribui uma unidade essencial é na realidade, a resultante de processos sociais heterogêneos.

¹ Ver os artigos do Prof. Eduardo Vasconcelos nesta publicação da ABRASME.

Trata-se de entender como se forma a unidade e como o novo pode impactar a sociedade.

Método

Utilizou-se uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, realizada através do tipo *survey* (pesquisa de formulário). A coleta de dados foi realizada através da aplicação de questionários autoadministrados, com um grupo de atores sociais envolvidos com a Secretaria Executiva do MNLA, durante uma reunião, no ano de 2003. Na escolha dos sujeitos, optou-se pela amostra intencional. Para a análise, foi utilizado o referencial teórico da ação coletiva e as sociedades complexas, de Alberto Melucci.

Resultados e Discussões

O Campo Analítico da Ação de um Movimento Social Depende do Sistema de Relações no qual tal Ação Coletiva se Situa e ao qual se Refere:

O Movimento Nacional da Luta Antimanicomial possui articulação com outros movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o dos Direitos Humanos, o Movimento Estudantil e o Movimento Negro e Anarquista. Conforme os dados, as articulações acontecem mais nos níveis locais (estado/município) do que no global, porém, cada estado/município as realiza conforme sua realidade. A articulação é realizada através de participação em mesas redondas, construção de agendas e calendários de lutas em conjunto.

A articulação é pouca, é mais local do que nacionalmente. Em nosso estado, temos alguma relação com o MST, com o (movimento) dos Direitos Humanos, o Movimento Estudantil e o Movimento Negro e Anarquista [...] As articulações acontecem, dependendo do momento, através da participação em conjuntos de eventos, cursos e mesas redondas, a convite de outros movimentos.

Para Melucci (2001), as relações dos movimentos sociais estão se tornando mais desvinculadas das

mediações organizativas e políticas. Com isso, mais provavelmente, elas impactam a transformação de uma cultura social.

A relação entre os movimentos sociais é importante na medida em que pode haver fatores comuns entre esses movimentos. A heterogênesse entre eles aponta para identidades. A relação entre os movimentos amplia a consciência política, pois esta é construída por fatores internos e externos, e permite uma análise de autocrítica. Permite, ainda, conhecer processos próprios, que podem ser apropriados para auxiliar na ampliação da consciência política. A relação dessas ações coletivas indica, ainda, agendas comuns com especificidades diferentes.

Para Goulart (2004), movimento social organizado confere poder social, de construção cultural e modos de relacionamento. No campo da saúde mental, os loucos e demais atores abrem a possibilidade de acionar mecanismos de regulação e emancipação quando conectados a demais movimentos sociais. Esse vínculo fortalece a solidariedade e a cooperação coletiva. Destarte, quanto mais ampla a definição de identidade, tanto maior o impacto em termos de negociação e direções políticas.

Cada Movimento é um Sistema de Ação

Os sujeitos da pesquisa atribuem ao conceito de formação política os verbos ‘discutir’, ‘participar’, ‘unificar’, o que remete a essas atribuições uma noção de ação, de militância.

Discutir Sistema Único de Saúde (SUS), saúde pública, movimento antimanicomial e sua história; reforma psiquiátrica brasileira, legislação em saúde mental e financiamento; controle social, novas práticas e rede substitutiva; resgate de autoestima e capacidade de discurso e defesa de propostas.

Participação para cidadania e nos movimentos sociais.

A unificação de outros atores sociais na luta pela incursão de todas as desigualdades sociais.

Ficou ausente a tentativa de definir formação política e correlacionar a instrumentos teórico-metodológicos. É inexpressiva a preocupação com o processo pedagógico para a efetivação e o referencial teórico. Ou seja, para o grupo, o nível teórico não é posto como parte integrante para se compreender a prática. Para Melucci (2001, p. 46), “a definição que os atores constroem não é linear, mas produzida por meio da interação, da negociação, da oposição entre orientações diversas”.

Um Movimento Social é uma Ação Coletiva cuja Orientação Comporta Solidariedade, Manifesta um Conflito e Implica na Ruptura dos Limites de Compatibilidade do Sistema ao qual a Ação se Refere

Sobre a existência de atividades de formação política dentro do MNLA, 67% informaram que há, e 33% que não. Porém, essa sinalização é diretamente proporcional ao entendimento do que se venha a se compreender como formação política.

A formação política existe a partir do momento em que você milita nos espaços sociais, participa das reuniões do movimento, dos encontros; atua nos conselhos de saúde, por exemplo. Ai, você vai se formando.

No entanto, não fica clara, dentro do movimento, qual é a diretriz ou se é essa a diretriz; ou mesmo qual é a política de formação concreta para os seus núcleos e fóruns.

Ao serem perguntados sobre os conteúdos que fazem parte da formação política, 68% dos que anteriormente deram como positiva a existência dessa formação, não responderam.

Nesse sentido, os respondentes colocam como conteúdos do processo formativo a participação em conselhos, que visa ao controle social, a políticas

públicas em saúde mental, à geração de trabalho e renda, a denúncias e a atividades culturais e esportivas.

Os conteúdos que são propostos são políticas públicas em saúde mental, participação no controle social, geração de trabalho e renda, denúncias, atividades culturais e esportivas.

Para Melucci (2001), os atores produzem a ação coletiva porque são capazes de definir e de se definir a relação com o ambiente. Ainda, para o autor, a forma da ação é o modo pelo qual um ator coletivo tenta dar uma unidade aceitável e durável a tal sistema, continuamente permeado por tensões.

Para os militantes do movimento, a formação política teria como objetivos: formar novas lideranças, organizar suas ações nas instâncias de tensão política e qualificar politicamente os atores envolvidos no processo.

Formação de novas lideranças para a organização das ações nas instâncias de tensão política e para qualificar politicamente os atores envolvidos no processo.

A ação coletiva de um movimento, para Melucci (2001), é resultante de objetivos, recursos e limites; é uma orientação finalizada que se constrói por meio de relações sociais no interior de um campo de oportunidades e de vínculos. O autor afirma que os atores constroem a sua ação através de investimentos organizados: define, em termos cognitivos, o campo das possibilidades e dos limites que percebem, ativando, ao mesmo tempo, as suas relações, para dar sentido ao agir comum e aos objetivos que perseguem.

Sobre as eventuais conquistas que a formação política teria ajudado a consolidar, os respondentes afirmam a elaboração da Lei nº 10.216², o fechamento de hospitais psiquiátricos em conjunto com o Ministério Público e a abertura de serviços substitutivos³ em saúde

² A Lei nº 10.216 (BRASIL, 2001) dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, apresentado ao Congresso Federal pelo deputado federal Paulo Delgado, em 1999, tendo sido discutida e formulada junto ao movimento antimanicomial.

³ Serviços substitutivos, conforme Lobosque (2003), são aqueles que se constituem enquanto rede: um conjunto articulado de dispositivos e equipamentos, ações e iniciativas que possibilitam a extinção do hospital psiquiátrico. Concretizam-se através de estratégias de uma política pública comprometida com essa transformação, dentro dos princípios de um sistema único de saúde.

mental, a qualificação para a representação de atores em arenas políticas e outros movimentos sociais:

Fechamento de hospitais psiquiátricos e construção de alguns serviços substitutivos.

Participação na construção de leis nacionais, como a 10.216.

Ações no Ministério Público, atos públicos na porta do poder executivo municipal e estadual, e pressão aos gestores.

Melucci (2001) afirma que, no máximo, se reconhece a existência de problemas reivindicativos ou políticos, e tenta, continuamente, reduzir cada fenômeno conflitual dentro desses limites. Os militantes do MNLA, ao compreenderem as conquistas, revelam os conflitos e apontam limites, mas não deixam de indicar especificidades desse movimento. A expansão de novas conquistas é desafio que implica em análises de conjunturas a partir da relação entre sociedade, estado e mercado.

Sobre a existência de alguma secretaria/coordenação/núcleo responsável, especificamente, pela formação política dentro do MNLA, 80% responderam que não há.

Não, porque todos são atores sociais.

Não, mas é importante construir.

Sim, a comissão intersetorial de saúde mental.

Relatam que essa ausência talvez se dê porque os atores se formam na prática da militância; porque talvez não haja organização, empenho e financiamento para a atividade. Na percepção dos militantes, fica claro o espontaneísmo, o não reconhecimento da necessidade de uma articulação política e organizativa mais definida, capaz de avaliar a conjuntura, identificar os caminhos prioritários de ação política e de definir as linhas da formação política dentro do movimento.

É ausente a clareza de como realizar essa atividade, buscando articulação com os núcleos espalhados por todo o Brasil. Porém, consideram necessário

e emergencial se constituir esta diretriz a mais importante em como se fazer.

Veja, não há a formação por falta de articulação e empenho por parte de todos os envolvidos. A dificuldade é a interação entre as pessoas e o empenho de cada uma. Falta tempo e intercâmbio de parcerias entre os estados.

Os envolvidos que respondem afirmando a existência da formação política, referem que esta é feita por discussões e seminários. Sua metodologia é realizada por?/em? grupos de discussões, através de encontros com períodos indefinidos e sem definição de como são realizadas as discussões.

A formação política é realizada por discussões e seminários nos fóruns. Os grupos de encontros são a metodologia. Os fóruns estaduais são responsáveis pela formação. O período é indefinido. Todos podem participar. Há produção de material didático. Foi construído pelos participantes. É divulgado pelos componentes e o envio a maioria são vendidos.

Dentre as dificuldades de se pensar, implantar e articular as diretrizes para a formação política para o movimento nacional de luta antimanicomial, afirma:

Penso que faltam mais momentos de convivência e debates de cunho político. Isso gera falta de iniciativa, de espaço e de verba financeira para isto também. Às vezes, o radicalismo e a falta de coerência entre os que dizem saber para com os que não sabem é um problema. A maior dificuldade é ter a clara noção de que nosso inimigo é a ideologia neoliberal, que contamina as pessoas e os grupos. Há um medo de agir na sociedade e isso se reflete no MNLA. Antes de tudo, superar o medo e o receio.

Porque, no meu entendimento, não há uma unidade na defesa dessa causa, e interesses diversos dificultam o acompanhamento desse movimento. As políticas públicas e a falta de

participação também impedem a formação. Assim, as maiores dificuldades são porque tem muito ego envolvido, muito dinheiro dos donos de hospitais que alienam a participação. Falta uma compreensão de que a formação política seja uma ferramenta emergente para o movimento. A maior dificuldade é as pessoas não se darem conta da importância da formação política.

Para Melucci (2001), os atores formam uma rede, colocando em comum e ajustando três ordens de orientações: a) aquelas relativas aos fins da ação, o sentido da ação para o ator; b) aquelas relativas ao meio, às possibilidades e aos limites da ação; c) aquelas relativas às relações com o ambiente, ao campo no qual a ação se realiza. Essas três ordens permitem que os atores reconheçam as dificuldades e possibilidades da questão da formação política. Melucci (2001) ainda declara que, entre fins, meios e ambiente criam-se contínuas tensões: os objetivos não são adequados aos meios ou vice-versa; os meios são mais ou menos congruentes no que se refere ao campo de ação. Também no interior dos eixos são produzidas tensões, na escolha dos meios entre a destinação dos recursos para a busca da eficácia ou da consolidação da solidariedade; nas relações com o ambiente, entre equilíbrio interno e relações de troca com o exterior.

Ainda para o autor, para que se consolide alguma unidade formativa, a motivação influi de maneira determinante, a estrutura dos incentivos aos quais é atribuído e reconhecida como valor próprio, a partir das redes de relações que ligam os indivíduos. Nesse sentido, este artigo buscou identificar as possíveis tensões e brechas que poderiam servir como convite para se pensar e aprofundar a questão da formação política para o MNLA.

Considerações Finais

Ao se pensar em um processo de formação política entre usuários e familiares do campo da saúde mental, faz-se necessário lembrar-se da especificidade que suas

vivências carregam – dentre outras, a experiência da crise mental (das pessoas que a vivenciam), seus limites, seus potenciais, limitações e o sentido dessa ação na vida de cada um e para o grupo.

Considerando o questionamento inicial proposto, ou seja, em que medida o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial tem propiciado espaços para a formação política, a organização desse movimento tem oportunizado formação política somente em espaços nos quais se entende como tal. Como exemplo, as participações em conselhos, reuniões e encontros do movimento, entre outras.

A formação política restrita a esses espaços não deixa de ser apenas uma diretriz indicada nos documentos, uma realidade que emerge espontaneamente pelas tensões políticas que gera. No entanto, a formação política utilizada como referência nesta análise é a busca pela superação do senso comum, através de uma prática reflexiva que visa a desenvolver a consciência crítica para qualificar o conhecimento adquirido na prática da militância através de instrumentos teórico-metodológicos. Os espaços indicados seriam processos espontâneos e informais de formação, mas uma consciência política mais abrangente exige uma reflexão teórico-metodológica e espaços próprios para poder ser construída.

Nesse sentido, a diretriz apontada pelo MNLA poderia, como sugestão deste trabalho, ser alvo de maior aprofundamento reflexivo por suas lideranças mais politizadas – os próprios militantes – e discutida entre esses mesmos militantes, para que se construa uma política consensual de cursos e dispositivos de formação política, discutindo a prática da teoria e a teoria da prática. Porém, o como fazer, ou seja, a forma e os dispositivos a serem acionados continua ainda como uma questão a ser consensuada (indicando lacunas).

Diante do exposto, a construção de uma proposta de formação política em saúde mental e atenção psicossocial deve se basear na premissa do respeito às especificidades do campo, em diálogo com as representações próprias que (na clareza que

o conceito) esse processo tem para o grupo envolvido, e de que forma esse processo formativo faz sentido na vida dos participantes, visando a objetivos claros e transformadores.

Para os participantes, a formação política é uma estratégia não só para a busca da consciência coletiva, mas para se obter insights sobre a própria vida. A formação política é a qualificação da informação através da teoria e da prática para mudar a realidade, sendo, portanto, uma construção diária. Faz sair do âmbito da reivindicação individual e passa para a superação mútua de um problema.

Para a formulação do processo da formação política é indicado planejá-la diante dos objetivos que se pretende alcançar. Com a concepção mais espontânea de formação política evidenciada no decorrer deste estudo, essa ação pode ficar mais problemática em conjunturas políticas desfavoráveis, nas quais o movimento é levado a se confrontar e enfrentar forças políticas mais conservadoras, que podem diminuir ainda mais o próprio espaço político de ação do movimento e suas eventuais conquistas.

Referências

BRASIL. *Lei nº 10.216*, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10216.htm>. Acesso em: 07 mar. 2012.

GOULART, M. S. B. *De Profissionais a Militantes: a Luta Antimanicomial dos Psiquiatras Italianos nos anos de 60 e 70*. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

LOBOSQUE, A. M. *Debate-Formação*. Texto concedido ao curso de especialização em Atenção Psicossocial realizado pela Universidade Estadual de Santa Catarina em 2003.

MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos Sociais nas sociedades Complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova*, São Paulo, n.17, p.49-65, jun. 1989.

OLIVEIRA, E. Qual o impacto dos Movimentos Sociais na realidade Brasileira? In: FERREIRA, G.; BAPTISTA, L. A.; MELO, W. (org). *Dialética dos Movimentos Sociais no Brasil: por que Reforma Psiquiátrica?* Rio de Janeiro: EncanArte, 2004, p. 157-160.

RODRIGUES, J. *Formação política dos integrantes de uma associação de usuários de um serviço de saúde mental*. Florianópolis: UFSC/PEN, 2005.

SOALHEIRO, N. I. *Da experiência subjetiva a prática política: a visão do usuário sobre si, sua condição, seus direitos*. 2003. Tese (Doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2003.

SOUZA, M. E. *Os novos movimentos sociais: organização política de usuários em saúde mental rompendo preconceitos e expandindo a vida – outros segmentos da sociedade civil organizada*. 2002. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

TUMOLO, P. S. *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: UNICAMP, 2002.

*Recebido para publicação em Abril/2012
Versão definitiva em Julho/2012
Suporte financeiro: Não houve
Conflito de interesses: Inexistente*